



**DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA GORETT DA SILVA GOMES

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: um estudo de caso
na Escola Municipal Fernando Cunha Lima**

GUARABIRA – PB

2011

MARIA GORETT DA SILVA GOMES

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: um estudo de caso
na Escola Municipal Fernando Cunha Lima**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Ms. José Otavio da Silva

GUARABIRA – PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

G633c

Gomes, Maria Gorett da Silva

A construção projeto político pedagógico: um estudo de caso na Escola Municipal Fernando Cunha Lima / Maria Gorett da Silva Gomes. – Guarabira: UEPB, 2011.

24f. Il. Color.

Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. José Otávio da Silva”.

1. Gestão Escolar 2. Prática Educativa
3. Projeto Político Pedagógico I.Título.

22.ed. CDD 371.201 1

MARIA GORETT DA SILVA GOMES

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: um estudo de
caso na Escola Municipal Fernando Cunha Lima**

Aprovada em 17 de Junho de 2011

BANCA EXAMINADORA

José Otávio da Silva

Prof^o Ms. José Otávio da Silva
(Orientador)

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Prof^a. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
(Membro)

Luciana Silva do Nascimento

Prof^a. Ms. Luciana Silva do Nascimento
(Membro)

GUARABIRA – PB

2011

A meu namorado Diego Ferreira, por ter estado comigo durante todos os momentos que precisei de forças para concluir esse curso e por ter compreendido esse curso é muito importante para minha vida no presente e no futuro.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente porque sem Ele tudo isso que estou vivendo na vida acadêmica e pessoal não seria possível.

A todos os meus professores e ex-professores, que me deram total apoio e força para que não desistisse do curso nos momentos difíceis.

Em especial a minha querida irmã Olivete Gomes, que me ajudou bastante nas despesas do curso e que esteve sempre me apoiando em todos os momentos dessa longa caminhada.

Enfim, agradeço a todos os meus familiares que me ajudaram direta e/ou indiretamente para que pudesse chegar ao término deste curso.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: um estudo de caso na Escola Municipal Fernando Cunha Lima

GOMES, Maria Gorett da Silva.

RESUMO

Este artigo foi elaborado a partir de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido após a realização de uma investigação científica na Escola Municipal Fernando Cunha Lima, localizada na zona rural do município de Guarabira/PB entre os meses de abril e maio de 2011. Esta investigação teve como objetivo verificar e existência do projeto político pedagógico na referida escola e suas implicações na prática educativa cotidiana da mesma. Sabendo que o Projeto Político Pedagógico é um que possibilitar a organização didática e pedagógica da escola, visando um processo educativo de qualidade tanto para os alunos quantos para as outras pessoas que fazem parte da escola, ele não pode ficar restrito ao papel ou formalismo técnico e legal devendo ser posto em prática, ganhando vida e formando vidas dentro do ambiente escolar. Por essa importância recorreremos aos estudos de Betini (2005), Gandin (2006), Garcia (2006), Libâneo (2004), Marques (2003), Silva (1996), Vasconcelos (2002), Veiga (2001) e a LDB (1996), dentre outros estudos, como base teórica deste artigo. A investigação contou com procedimentos de observação na escola, no seu cotidiano e aos seus agentes além da colaboração da diretora da escola e de seus professores, o que possibilitou realizar um estudo de caso da realidade da escola frente ao projeto político pedagógico. Portanto, após as análises concluímos que mesmo a escola tendo este documento escrito no papel, muitas de suas ações não são postas na prática e não estão em consonância com a realidade do campo vivida pelos alunos. Outra conclusão que compromete a significatividade deste documento é o fato de que desde 2003, ano de sua formulação, ainda não foi reformulado ou reavaliado.

PALAVRAS CHAVE: Escola Gestão Escolar. Prática Educativa. Projeto Político Pedagógico.

CONSTRUCTION OF POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT: a case study in the Municipal School Fernando Cunha Lima

GOMES, Maria Gorett da Silva

ABSTRACT

This article was compiled from a study of completion (CBT), developed after conducting a scientific investigation at the Municipal School Fernando Cunha Lima, located in the rural municipality of Guarabira / PB between the months of April and May 2011. This research aimed to verify the existence and political pedagogical project at the school and its implications for educational practice every day the same. Knowing that the Educational Policy Project is an organization that enable the didactic and pedagogical school, seeking a quality educational process both for those students to other people who are part of the school, he cannot be restricted to the role and technical or formalism legal and should be in place, forming and gaining life lives within the school environment. Why is this important resort to studies of Betini (2005), Gandin (2006), Garcia (2006), Libâneo (2004), Marques (2003), Silva (1996), Vasconcelos (2002), Veiga (2001) and LDB (1996), among other studies, as the theoretical basis of this article. The investigation relied on observation procedures at school, in their daily lives and their agents with the collaboration of the school principal and their teachers, which allowed a study of the case against the reality of school educational policy projects. Therefore, after the analysis concluded that even the school having this written on paper, many of their actions are not implemented in practice and are not in line with the reality of the field experienced by students. Another conclusion which diminishes the significance of this document is the fact that since 2003, the year of its formulation, has not reviewed or reassessed.

KEY WORDS: School. School Management. Educational Practice. Political Pedagogical Project.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO.....8

2. REVISÃO TEÓRICA.....10

2.1. Definindo o Projeto político pedagógico10

2.2. A construção do projeto político pedagógico11

2.3. O projeto político pedagógico e o processo educativo.....13

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....16

3.1. Breve histórico da escola16

3.2. Caracterização da pesquisa17

3.3. Resultado da pesquisa.....17

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....20

REFERÊNCIAS.....24

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Nesses tempos em que muito se tem ouvido falar em democracia a escola tem papel importante na concretização dessa prática, principalmente quando adota uma proposta pedagógica ou projeto político pedagógico e uma gestão voltados a democratização. Com isso, podemos verificar que a gestão escolar democrática tem sido muito discutida na atualidade porque a partir dela que são organizadas as questões referentes a administração financeira e didático-pedagógica da escola.

Para que a gestão contribua com o processo educativo deve ser baseada em princípios democráticos e participativos onde dê oportunidade para que tanto as pessoas que fazem parte da escola quanto as que fazem parte da comunidade a sua volta possam contribuir significativamente com esse processo.

O direito para que todos participem da gestão da escola está garantido na legislação nacional a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Além disso, essa legislação garante que as escolas sejam autônomas em suas tomadas de decisões e deliberações, o que fortalece ainda mais o caráter democrático e participativo da gestão das escolas públicas no Brasil.

É importante destacar neste contexto que alguns elementos são importantes para a consolidação da gestão democrática na escola a exemplo do Projeto Político Pedagógico que é também um documento norteador da prática educativa e dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas. Por isso é que ele ganhou destaque em nossa investigação científica, por possibilitar a organização didática e pedagógica do processo educativo,

Nesse sentido é objetivo deste artigo discutir sobre projeto político pedagógico com base nas experiências da investigação que teve como objetivo verificar a existência do projeto político pedagógico na Escola Municipal Fernando da Cunha Lima, Guarabira/PB, e suas implicações na prática educativa cotidiana da mesma.

Como base teórica para este artigo buscamos ao máximo apoio nos estudos desenvolvidos por muitos autores que discutem sobre o tema que entre os quais destacamos Betini (2005), Gandin (2006), Garcia (2006), Libâneo (2004), Marques (2003), Silva (1996), Vasconcelos (2002), Veiga (2001) e a LDB (1996).

A investigação assim como esse artigo se justifica por sua relevância e contribuição para um melhor entendimento das questões referentes ao projeto

político pedagógico no contexto da escola pública porque pode possibilitar a nós na qualidade de profissionais da educação ampliar os conhecimentos sobre esse documento tão importante e que está em foco nas discussões educacionais desde a década de 1990 e que na atualidade muitas escolas, principalmente as situadas em áreas rurais ainda não o possuem.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1. Definindo o Projeto político pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e participativa (VASCONCELOS, 1995) e se baseia por meio da definição de ações que vão embasar todo o processo educativo da escola, o que não deixa de ser caracterizar também como uma das metodologias de gestão desse processo de modo que envolve diferentes concepções ou modos de como conceber esse projeto pedagógico.

Então para a autora Veiga (2001) a concepção que recai sobre o projeto político pedagógico da escola deve apresentar características tais como: ser um processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo a participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer trabalho educativo voltado para uma realidade específica e explicitar o compromisso com a formação do cidadão e com a autonomia da escola.

Essas características destacadas pela autora são o norte de qualquer projeto político pedagógico de qualquer escola. Sem elas não é possível que a escola alcance um de seus objetivos centrais que é a formação política e crítica do aluno e nem ofereça uma educação de qualidade para todos e de forma autônoma e por isso que segundo Laroca e Schneckenberg (2008) a autonomia não se resume apenas à questão financeira, nem é mais significativa nesta questão. Esses autores

destacam que ela é sim a capacidade de tomar decisões acertadas e influenciar positivamente o ambiente educacional e o desempenho das pessoas nele atuante as quais devem estar voltadas para o fortalecimento da escola e melhoria da qualidade do ensino que oferece da aprendizagem que promove pelo desenvolvimento dos sujeitos ativos e participativos que devem ser formados pela instituição escolar cuja a gestão deve atender a gestão da mesma.

Libâneo (2004) fala que a própria gestão escolar põe em prática o processo organizacional para atender a esse projeto, de modo que este é na prática um instrumento da gestão escolar e ambos são elementos importantes à organização do trabalho pedagógico na escola e à educação de qualidade, quando pensados e planejados visando alcançar essa qualidade.

Neste contexto que se entende que “o projeto pedagógico é, portanto, o veículo do planejamento e a principal ferramenta da gestão. Nesse são definidos, organizados, normatizados e acompanhados os processos de aprendizagem e participação, individual e coletiva, no espaço escolar” (EYNG 2002, p.6) afim de proporcionar um processo educativo com amais qualidade. Mas sem dúvida um fator que compromete essa qualidade é sem dúvida o fato de que muitas escolas não têm um projeto político pedagógico específico para sua realidade e construído pelos próprios agentes da escola a qual servirá de base educativa.

2.2. A construção do projeto político pedagógico

A qualidade do processo educativo depende fundamentalmente de um processo de gestão que vise a participação democrática de todas as pessoas da escola e da comunidade e um processo responsável de construção do projeto político pedagógico da escola que atenda tanto as necessidades e particularidades dos alunos como dos professores e demais pessoas da escola bem como da definição clara do tipo de gestão a ser adotado por essa escola e por essas pessoas. Assim a própria LDB de 1996 garante que

Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Nesse artigo da LDB observemos principalmnte o inciso I quando deixa claro que as escolas públicas têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica e o inciso VII que nos chama a atenção para que estas escolas também se responsabilizem em informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos e sobre a execução de sua proposta pedagógica. Mas será que isso tem ocorrido em nossas escolas? Essa é uma questão que pode ser respondida por meio do cantato direto com as escolas e com o seu cotidiano. É será que os professores estão participando da elaboração e execução da proposta pedagógica das escolas. A LDB também garante que

Art. 13º. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Nesse sentido Gandin (2006) vai nos dizer que a construção de um projeto político pedagógico na escola exige uma rigorosa metodologia de trabalho e que por essa razão o planejamento participativo é a ferramenta mais eficaz, dentro da lógica da gestão democrática. O projeto político pedagógico da escola deve nascer e ser construído dentro dos princípios da reflexão coletiva de todos os segmentos que fazem parte da escola e da comunidade local. Por isso a LDB de 1996 colabora com essa visão de Gandin quando implica que

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Com isso Garcia (2006) relata que o projeto político pedagógico nasce, da reflexão coletiva dos agentes da educação sobre sua história e sobre o papel que a escola vem cumprir no processo educacional. Por isso que o processo de construção desse documento envolve muitos fatores que dizem respeito a instituição escolar em si, ao sujeitos que ela atende e a comunidade onde ela está inserida. Portanto,

ao se construir o projeto político-pedagógico, é fundamental que se tenha em mente a realidade que circunda a escola; realidade que se expressa no contexto macro da sociedade: econômico, político e social; e aquela que se verifica ao entorno da escola. A realidade macro da sociedade, certamente, afeta a vida da escola, assim como também a afeta a sua realidade interna específica, o seu funcionamento, possibilidades e limites. Não levar em consideração os aspectos sociais que envolvem a escola no planejamento educacional, mesmo em nível micro, pode fazer com que o planejamento falhe em seus resultados (BETINI, 2005, p.39).

Sendo assim Laroca e Schneckenberg (2008) vão dizer que dentre os vários desafios atualmente enfrentados pela escola para construir e administrar o seu projeto pedagógico, está aquele que chama nossa atenção para não reduzi-lo à perspectiva da mera elaboração de documento e não podendo ser concebido como um simples documento para ser guardado na gaveta, ele necessita de constantes revisões e avaliações pelos vários segmentos da escola, a fim de assegurar sua dinamicidade em relação aos desafios permanentemente apresentados ao trabalho pedagógico.

2.3. O projeto político pedagógico e o processo educativo

Para Silva (1996) no projeto político pedagógico da escola o que ensina e o porquê se ensina deve estar colocado numa teoria que lhe dê suporte, que convide a reconciliação da teoria com uma prática, comprometida com a solução dos problemas da educação e do ensino da unidade escolar e, ainda, comprometida com uma constante e contínua avaliação de seu trabalho.

O projeto político pedagógico na concepção de Betini (2005) mostra a visão macro do que a instituição escolar pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas,

como às funções administrativas e por isso é que o mesmo faz parte do planejamento e da gestão escolar. O próprio autor destaca ainda que a questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação e assim sendo, compete ao projeto político pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.

Esse planejamento deve estar presente no que se refere às questões ligadas a gestão administrativa, didática, pedagógica e financeira da escola e contar com a participação de todas as pessoas da escola e representantes da comunidade, seja de forma espontânea ou por meio de seus órgãos deliberativos como o conselho escolar. Mas para que esse planejamento ocorra “é preciso entender que o projeto político pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula” (VEIGA, 2006, p. 14 citada por LAROCA e SCHNECKENBERG, 2008 p.16) e também dos fatores que estão externos a escola como a situação socioeconômica da comunidade onde a escola se localiza.

Gadotti (1991) diz que todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro e que projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém para a instituição e seu processo democrático, pois

no setor educacional, a descentralização, a democratização da gestão escolar e a autonomia da escola aparecem muitas vezes de forma correlata, inclusive sendo encontradas como “sinônimas”, tanto em documentos oficiais como na literatura que aborda o tema. Os instrumentos de construção de uma escola pública democrática, segundo esses documentos, são os projetos político-pedagógicos e os Conselhos Escolares. Estes são uma instância de decisão colegiada com a função de gerir a escola democraticamente, representando os diferentes segmentos da comunidade escolar, com papel ativo na construção de seu projeto político-pedagógico, em sua implantação, acompanhamento e avaliação sistemática (MARQUES, 2003, p. 580).

Contudo ao se construir um projeto para a escola ele tem que sempre estar sendo reavaliado com vista a atender as especificidades dos sujeitos que ingressam na escola a cada ano letivo e que trazem consigo características distintas daqueles alunos que passaram pela escola em anos anteriores. É nesse sentido que Vasconcelos (2002) nos diz que o projeto político pedagógico é na verdade um

projeto auto-renovável e lançado para frente, antevendo um futuro diferente do presente porque a cada avaliação surge um novo direcionamento, uma nova finalidade que permanece como horizonte da escola o que quer dizer que projetar significa quebrar um estado confortável para se arriscar, atravessar um período de imortalidade e buscar uma nova instabilidade em função do processo que cada projeto contém fundamentado para melhorar seu estado e por consequência o processo educativo.

Recorremos as palavras de Betini (2005) para dizermos que apesar das dificuldades inerentes aos sistemas da sociedade atual, o que se pretende é que a escola tenha uma administração participativa, sem autoritarismos, que se preocupe com o coletivo, com o desenvolvimento dos seus profissionais, porém sem perder a perspectiva de realização de um trabalho de qualidade, que visa objetivos sociais, usando métodos e técnicas que garantam o alcance deles.

Isso só se consegue por meio da garantia de processos e democráticos e participativos e da criação de órgãos dentro da escola que garantam isso como é o caso do conselho escolar. Sendo assim para poder visualizar a real situação de uma escola e se esta funciona segundo o estabelecido em seu projeto político pedagógico é preciso realizar uma pesquisa de campo, participar de seus cotidianos, vivenciar as relações estabelecidas entre os professores, alunos, diretor, auxiliares e os pais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Breve histórico da escola

A Escola Municipal Fernando da Cunha Lima, localiza-se no Sítio Lagoa de Serra, uma comunidade rural do município de Guarabira, Estado da Paraíba, Brasil e foi construída na gestão do prefeito Antônio Roberto de Souza Paulino, em agosto de 1980, com o intuito de homenagear o político Fernando Moura da Cunha Lima e teve como primeira diretora a professora Maria de Lourdes da Silva Santos e, como primeira educadora a professora Maria José Victor da Silva. Sendo assim a escola foi construída visando atender aos alunos dessa comunidade e lhes passar as instruções das séries iniciais antes de passarem a estudar na cidade.

Desse modo, inicialmente esta escola funcionava nos turnos da manhã e da tarde, atendendo a alunos da Pré-escola a 4ª série do ensino fundamental. Mas

devido à redução do número de alunos matriculados e o êxodo rural que atinge não apenas essa, mas também outras comunidades rurais do nosso município. Atualmente a escola funciona apenas no turno da manhã com turmas multisseriadas, esta multisseriação que também é um problema que afeta nossas escolas rurais tem contribuído negativamente para a aprendizagem dos alunos e para a precarização dos serviços dos professores.

A escola na atualidade possui uma estrutura física composta por três salas de aulas, dois banheiros e uma cozinha com cantina. Dentro dela podemos encontrar um armário, uma estante, um fogão, um mimeógrafo, um filtro de água, uma geladeira, 72 mesas para os alunos, e 70 cadeiras. Os recursos financeiros dependem da prefeitura e da secretaria de educação de Guarabira.

O quadro de recursos humanos da escola é composto por três professoras, distribuídas em três turmas multisseriadas que atendem a 30 alunos da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental. Além disso a escola conta com três auxiliares e uma diretora que também assume a função de diretora da escola.

3. 2. Caracterização da pesquisa

A pesquisa teve por base uma abordagem de investigação científica do tipo qualitativa. Sendo assim, a pesquisa se configurou como um estudo de caso sobre a o projeto político pedagógico da Escola Municipal Fernando da Cunha Lima, de tipo descritivo e exploratório e contou para a coleta de dados com os seguintes instrumentos: observação e entrevista.

A utilização de observação foi extremamente importante para levantarmos nossas primeiras hipóteses, considerando o aspecto de que se trata de uma técnica de coleta de dados, que não consiste em apenas ver ou ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo como abordagem qualitativa.

Os dados foram analisados com base nas experiências vivenciadas na escola e nos fatores expostos no projeto. Sendo assim a análise dos dados fugiu a qualquer aspecto preconcebido por nós na qualidade de pesquisadores. Do contrário, correríamos o risco de apenas ficarmos restrito ao plano do discurso. Por isso, é que decidimos realizar nossa pesquisa em uma escola pública do município de Guarabira, Estado da Paraíba.

3.3. Resultado da pesquisa

Um dos primeiros resultados de nossa pesquisa ou investigação foi comprovar que na Escola Municipal Fernando da Cunha Lima, diferente de outras escolas rurais, projeto político pedagógico escrito que norteia ou pelo menos deveria nortear, seu processo educativo e os rumos da escola e de seus agentes.

No entanto, constatamos que no projeto político pedagógico a escola deveria expor de forma clara os meios para superar o problemas da multisseriação, da precarização do trabalho docente e dos problemas que estas geram a aprendizagem dos alunos, fazendo com que muitos deles evadam-se da escola, reprovem, repitam de ano ou cheguem a níveis mais elevados de escolarização muitas vezes sem sequer estarem alfabetizados apresentando problemas na leitura e escrita. Mais pelo que comprovamos é que o projeto da escola Municipal Fernando da Cunha Lima isto não está exposto nem no documento escrito nem na prática cotidiana.

Outro fator que observamos é que no projeto estão explicitados os objetivos educacionais e os conteúdos para cada série e que devem ser trabalhados com os alunos no decorrer do ano letivo. Contudo não visualizamos objetivos claros e precisos e nem conteúdos específicos para a realidade dos alunos. Pois estes moram no campo e deveriam ser inseridos, na prática e não apenas no papel, em seu processo educativo os aspectos relacionados a vida no campo conforme determina a Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação aprovada em 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Sendo assim para comprovar nossa exposição essa resolução expõe que:

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.(RESOLUÇÃO Nº 1 DO CNE:2002)

Portanto, após as análises concluímos que mesmo a escola tendo um projeto político pedagógico por escrito no papel, muitas de suas ações não são postas na

prática e não estão em consonância com a realidade do campo vivida pelos alunos e não estão sendo posta em prática. Outra conclusão que compromete a significatividade deste documento é o fato de que desde 2003, ano de sua formulação, ainda não reformulado ou reavaliado, inclusive colocando em suas disposições os aspectos referentes a educação do campo conforme determina a legislação em vigor.

Criticamos nesse sentido a concepção urbana que se encontra implícita e explícita no projeto da escola o fato de que este projeto partiu principalmente dos valores propostos pela Secretaria Municipal de Educação e não dos valores da própria escola ou daquilo que a comunidade gostaria de conceber para a formação de seus alunos.

Com relação à estruturação física da escola verificamos em 2009 foi realizado nela uma reforma em parceria entre o Instituto Camargo Correia e a Prefeitura Municipal de Guarabira, implantando uma cantina, um refeitório, uma dispensa e uma sala de direção. Neste caso podemos ver a interferência do setor privado dentro de nossas escolas fazendo um papel que deveria ser prioridade do poder público até porque todos nós cidadãos brasileiros sejamos ricos ou pobres pagamos muitos impostos para que ele utilize nos serviços a toda população e dentre estes serviços está a oferta de uma educação de qualidade através de reformas e construção de escolas adequadas, compra de materiais didáticos, oferta de merenda e transporte escolar.

Mas e onde estão às ações próprias do processo de aprendizagem dos alunos e que visem resolver as dificuldades deles nesse processo? Como sabemos um processo educacional de qualidade não se faz apenas encima da estrutura física. É preciso ter, além disso, um acompanhamento pedagógico aos alunos feito, por exemplo, por coordenadores pedagógicos e psicólogos, ter materiais didáticos de qualidade para que os alunos e professores realizem suas funções, ter merenda escolar de qualidade para os alunos e acima de tudo incentivo dos pais, professores e direção da escola para que os alunos progridam. Mas o que notamos durante a pesquisa foi que isso não vem ocorrendo na Escola Municipal Fernando da Cunha Lima.

Sendo assim, o projeto dessa escola deveria compor propostas de superação desses problemas e tentar a todo custo superá-los. O projeto da escola também deveria buscar meios de integrar mais os pais no processo de aprendizagem dos

seus filhos, com fim de todos juntos serem incentivados a tentar superar seu contexto de carência econômica, de desinteresse pelos estudos, o que só aumenta quando os alunos têm que caminhar por cerca de uma hora até chegar a escola e muitos desses alunos conforme foi verificado durante a investigação só vão a escola devido a merenda escolar. Como superar essas dificuldades? Essa é mais uma questão a ser respondida dentro do projeto pedagógico da escola em pareceria com todas as pessoas da escola e da comunidade onde ela está situada.

Enfim, o projeto da escola tem se caracterizado por sua função meramente técnica e para atender as exigências da legislação e não como um meio de melhorar o processo educativo da escola. E conforme ficou claro na Revisão Teórica deste artigo isso é uma das coisas mais criticadas pelos estudiosos que discutem sobre o projeto político pedagógico nas escolas públicas brasileiras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre o projeto político pedagógico foi o principal objetivo deste artigo, visando relacioná-lo a necessidade das escolas públicas elaborarem e porem em prática no processo educativo as ações previstas. Sendo assim, é preciso que as escolas busquem desenvolver seus projetos políticos pedagógicos baseados principalmente nas características específicas de cada escola e da comunidade onde estão instaladas.

Esses projetos políticos pedagógicos devem visar à melhoria do processo educativo como um todo e o atendimento escolar de qualidade não só para os alunos, mas também para os professores, gestores e auxiliares e porque não dizer também para os pais e a comunidade onde a escola se situa afinal todas essas pessoas nos tempos atuais deve ser parte da escola, pois só assim podemos dizer que ela é de fato uma escola democrática, aberta para a participação de todos e comprometida com a formação para a cidadania e de pessoas comprometidas com o verdadeiro desenvolvimento social que possa atingir todas as camadas da população.

Mas é bom que eu deixe claro que apenas a existência do projeto político pedagógico não é capaz de definir se realmente uma escola é democrática ou não

até porque existem outros elementos que são também capazes de promover a democratização nas escolas como, por exemplo, as associações de pais e mestres e os conselhos escolares. E verificamos que na escola Fernando da Cunha Lima não existe esses elementos e nem tem previsão nenhuma de sua instituição.

O fato de a escola ter esses elementos é apenas um dos muitos caminhos de se chegar a alcançar a escola democrática e para a qualidade da educação, outros caminhos para que isso ocorra é garantir que a participação efetiva de todos os segmentos que fazem parte da comunidade escola e local nesses elementos e mais ainda em todo o processo educativo que a escola desenvolve.

Como sugestões propomos que a Escola Municipal Fernando Cunha Lima, por meio de todos os seus agentes educacionais, revise ainda esse ano seu projeto político pedagógico adequando ele a realidade dos alunos e as disposições da LDB e das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; que a escola passe a buscar meios para os alunos superar suas dificuldades de aprendizagem tais como aulas de reforço em horários diferentes do horário em que eles estudam; que busquem reivindicar junto a secretaria de educação do município a distribuição de mais materiais didáticos e de novos espaços para a escola, tais como sala de leitura.

Concluimos, então que a escola deve repensar seu projeto político pedagógico como meio de alcançar uma educação de qualidade para seus alunos em termos físicos, organizacionais e didático-pedagógicos e para que cada vez mais os alunos da comunidade possam alcançar futuros promissores na carreira escolar e profissional que desejar seguir.

REFERÊNCIAS

BETINI, Geraldo Antonio. A construção do projeto político-pedagógico da escola. Espírito Santo do Pinhal: Revista EDUC@ção, v.1, n.3, jan./dez. 2005, p.37-44.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002). Brasília: CNE/CEB, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96). Brasília: MEC, 1996.

EYNG, A. M. Planejamento e gestão do projeto político pedagógico desenvolvendo competências. In: _____. (org.). Planejamento e gestão educacional numa perspectiva sistêmica. Curitiba: Champagnat, 2002.

GADOTTI, Moacir. Só a escola autônoma pode melhorar o ensino. Revista Nova Escola, São Paulo, ano VI, nº 53 nov. 1991.

GANDIN, Luís Armando. Projeto político-pedagógico: construção coletiva do rumo da escola. In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Leticia Pedroso de. (Orgs). Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GARCIA, Regina Leite. Projeto Político-pedagógico: do resultado de um movimento da escola a uma imposição das secretarias de educação. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, J. L. P. de. (Orgs). Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFGS, 2006.

LAROCCA, Delzira de Fátima Paes; SCHNECKENBERG, Marisa. O projeto político pedagógico como instrumento de democratização da gestão escolar. Irati: Revista Eletrônica Lato Sensu, ano 3, n.1, março de 2008, p.1-20.

LIBÂNEO, José Carlos. . Organização e gestão da escola. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARQUES, Luciana Rosa. O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros. Campinas: Revista Educação e Sociedade, v.24, n.83, agosto 2003, p. 577-597.

SILVA, Jair Militão da. A Autonomia da Escola Pública: a re- humanização da escola, Campinas: Papyrus, 1996.

VASCONCELOS, Celso. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

_____. Coordenação do Trabalho Pedagógico do Projeto Político- Pedagógico ao Cotidiano da Sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23 ed. Campinas: Papirus, 2001.

ANEXOS

Anexo 1: Vista externa da Escola Municipal Fernando da Cunha Lima em 2011.



Anexo 2: Início da aula em uma turma da escola durante a observação para a pesquisa.



Anexo 3: Processo educativo desenvolvido por uma professora da escola.



Anexo 4: Área abandonada da escola.



Anexo 5: Materiais expostos em uma das salas de aula da escola.

